



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E ESPAÇO URBANO: RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES

Priscila Silva Leite¹

Resumo: A construção deste trabalho consiste em reflexão teórica a partir de textos que auxiliem em estudos sobre o espaço urbano, a fim de articular formação social brasileira e a construção do espaço sob a ótica do modo de produção capitalista. A partir deste estudo, compreender a construção das periferias presentes na cidade do Rio de Janeiro, entendendo que o espaço reflete o lugar ocupado pelos homens no sistema capitalista.

Palavras-Chave: Formação social; espaço urbano; sociedade brasileira.

Abstract: The construction of this work consists of theoretical reflection based on texts that aid in studies on urban space in order to articulate Brazilian social formation and the construction of space under the optimum of the capitalist mode of production. From this study, understand the construction of the peripheries present in the city of Rio de Janeiro, understanding that space reflects the place occupied by men in the capitalist system.

Keywords: Social Formation; urban space; brazilian society.

INTRODUÇÃO

O artigo se desdobrará na articulação de textos que tragam como eixo de discussão a formação sócio-histórica do Estado brasileiro para - a partir da leitura crítica, que os autores trazem sobre sua construção - relacionar de que maneira a formação (periférica) da sociedade brasileira interfere na construção do espaço urbano.

Neste trabalho, parte-se da compreensão de que é impossível ter conhecimento crítico sobre o que se passa no cotidiano atualmente, sem entender qual nossa ligação com a dinâmica do capital, que é externa a nós e ao mesmo tempo tão imbricada.

Dada a nossa formação social e econômica capitalista, trazemos particularidades enquanto país latino-americano colonizado, explorado e que tardiamente viveu os processos de industrialização e urbanização. Processos tardios estes que foram desenvolvidos sobre características já existentes (pré-capitalistas) e que persistem até os dias atuais.

Diferente dos processos de consolidação do capitalismo central europeu, no Brasil persistiu-se em manter antigas características que beneficiassem a uns poucos em

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, E-mail: sl.priscilaleite@gmail.com.

detrimento à maioria da população. A forma como processou-se a nossa construção histórica reflete hoje na forma como o Estado lida com expressões da questão social e na forma como a população é tratada no acesso (ou não) a direitos.

O que sempre predominou na nossa história foi o mando “de cima para baixo” a fim de atender interesses não só internos, mas também externos. E um ponto desse movimento societário, que serve de palco a tudo isso e que às vezes é esquecido, é o espaço. Seja urbano ou rural onde ocorrem e ocorreram lutas, reivindicações, inclusive opressões.

O desenvolvimento capitalista que toma contornos diferenciados na realidade brasileira, implica modificação espacial dentro de determinado tempo. Com isso, o espaço passa a ser reflexo: indústrias, rodovias, lojas e etc. Mas também há suas consequências: segregação e desigualdade socioterritorial. O espaço territorial passa a ser também uma mercadoria – acessa os “melhores lugares” quem tem dinheiro. O capital determina através de suas transformações quais são os melhores lugares para morar, trabalhar, frequentar e etc.

E quem mora em locais de periferia, quais são os impactos que sofrem com as transformações no mundo do capital? E por que passam por essas consequências? Será que quem é de periferia, tem acesso igualitário a determinados bens, direitos, instituições e políticas públicas? Essas questões são as que tentarão ser trazidas daqui para a frente.

1. A formação social Brasileira: o ponto de partida.

Entender a história da formação social Brasileira se faz importante, pois, é a partir dela que se estruturará a base para a compreensão dos contornos que são dados no trato à população Brasileira diante do que ela vive e onde ela vive.

Diferentemente dos países denominados centrais (os denominados desenvolvidos), o Brasil ao longo de sua história não teve uma burguesia local que lutasse de fato por direitos e que combatesse a ordem que a oprimia. Do contrário, a burguesia brasileira aliando seus interesses aos daqueles que nos dominavam, consistiu naquela que usaria o Estado a seu favor na repressão à população que de fato ia contra a exploração.

Faz parte dos processos decisórios somente os que estão inseridos em círculos privilegiados. No caso brasileiro, composto primeiramente pelos senhores de terra e café e depois pelo bloco agrário-industrial – a seguir, os militares (Ianni, 1984). O que mostra que o capitalismo em suas fases, em seu processo de implantação no Brasil, apenas “muda”

aqueles que estão no poder, mas a forma de relação é a mesma: uma minoria que defende e articula seus interesses sobre a maioria que de fato constrói o país através do trabalho.

O autor supracitado discorre como ao longo da nossa formação - desde tempos imperiais – a classe dominante age a seu favor e usa o aparelho estatal no combate à população que de fato quer melhoria de vida. Característica esta que atravessa os anos de Primeira República (1889-1930) e que se mostra em evidência a partir da década de 1930 com a chamada Revolução de 30 e que fica claro, inclusive, durante os tempos ditatoriais (1964-1984).

A história brasileira é marcada por uma burguesia que foge aos padrões europeus. Os interesses privados sobressaem aos interesses populares e aqueles que compõem a classe trabalhadora sempre ficaram de fora dos processos decisórios quanto ao rumo deste país. É desta forma que o liberalismo se implanta aqui, esta é a base nacional que sustenta os nossos traços mais pertinentes.

O capitalismo não se constitui apenas enquanto relação puramente econômica, mas que envolve outras maneiras que vão para além desta, para a sua manutenção. Onde ele adentra, modifica culturas; formas econômicas e sociais tomam características peculiares dada a formação de determinado país. Como afirma Marx e Engels (2005, p.43), o capitalismo tem um caráter *cosmopolita*, isto é, aquele que fácil se adapta às mais diversas realidades.

Em nome de sua acumulação, o capitalismo muda a função de Estado e instituições estabelecendo-se, de certo modo, uma nova relação entre as classes sociais locais e externas. Nesse sentido, cabe indagar qual a forma extraeconômica que prevaleceu no Brasil mesmo após sua independência política. Economicamente o Brasil continuara vinculado a interesses externos; suas relações políticas permaneciam as mesmas. E é neste terreno particular que o capitalismo aqui se desenvolverá.

Esta é a base de onde nascerá seus traços de país dependente e subdesenvolvido. Onde a classe dominante pensando construir “impérios econômicos” e se desenvolver enquanto autônoma – acreditando que um dia chegará ao status dos países centrais – não é nada mais nem menos aquela que serve às burguesias externas – ora conciliando interesses ora criando conflitos com os trabalhadores internos.

Mas antes de analisar o seu desenvolvimento em terras brasileiras, é preciso resgatar na história como se deu a colonização no Brasil por Portugal. Já afirma Fernandes (2008, p.24) “[...] ao contrário, a própria ‘colonização’ pressupunha, em terras brasileiras

como em outras plagas, a revitalização do regime estamental, graças à simbiose entre grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial”. Ao contrário dos Estados Unidos que, por exemplo, tiveram outra forma de colonização, a nossa não partiu de interesses de povoamento da terra. Ocorreu seu inverso: exploração por países que já tinham em seu desenvolvimento o capitalismo e que vieram no Brasil – como em outras terras latino-americanas - a oportunidade de exploração. Dado este fato, criaram-se outros valores que não o do crescimento e povoamento dos territórios e com ela a sensação de liberdade.

E desde tempos coloniais o aparelho do Estado é utilizado em favor de interesses contrários aos da população. Esta, por sua vez é tida como amorfa, quando na realidade as suas lutas por melhores condições de vida são simplesmente negligenciadas. Lutas regionais, rurais e urbanas – por sujeitos que estão fora dos processos de decisão - são alvos de repressões.

No que tange à criação de um Estado nacional independente, a única modificação foi o rompimento com a então colônia Portugal, mas este poder fôra apenas transferido à Inglaterra, que se tornava potência econômica de então (FERNANDES, 2008). Houve apenas algumas mudanças internas, o que não significou uma total independência, apenas uma nova forma de colonização sobre a população Brasileira.

A formação do Estado brasileiro de fato nunca foi totalmente independente. O que Fernandes (2008) mostra é que nossas transformações econômicas, sociais e políticas sempre foram realizadas sob a vista de outros países hegemonicamente dominantes. Enquanto país, desenvolvemo-nos para responder tanto necessidades (de burguesias) internas, quanto necessidades externas, sem romper com relações de características pré-capitalistas aqui existentes.

As decisões com relação à economia e à política brasileira desde sempre partiram “de cima para baixo”, ou seja, o inverso do que acontecera nos “países clássicos”. Não houve desconstrução da velha organização social, do contrário, novas formas de relacionar-se foram construídas sobre antigas formas, tomando essas como base.

Se antes consistia aqui o escravismo e a dominação dos senhores de terra com a sua forma de se relacionar – inclusive a forma de uso de aparelhos públicos em favor de uso particular, a rejeição do que se enquadrava no “campo servil”: negros, índios, imigrantes, mestiços – essa persistirá durante a construção do moderno no nosso país. Velhas formas de relações se articulam com as modernas gerando sérias consequências, sobretudo para a população mais pobre que é tida como incapaz de agir e pensar por ela mesma.

A modernização que aqui se instalou, afirma o autor Fernandes (2008) apenas escondeu novos meios de colonização do Brasil – vindo a partir da emancipação política com Portugal – nesse momento transplantou-se os modos de vida europeu para o Brasil.

a independência, malgrado seu significado ambíguo no plano econômico, inaugura a idade moderna do Brasil. Sem qualquer maturação interna prévia, as instituições econômicas inerentes ao Capitalismo comercial são absorvidas *ex abrupto*, de modo desordenado, mas sob condições de relativo otimismo e certa intensidade, constituindo-se assim um setor econômico novo e moderno, montado e dirigido, diretamente ou a distância, por interesses e organizações estrangeiros. [FERNANDES, 2008, p.25]

Nesse sentido, o que se constitui em nosso país é um capitalismo que vai tomando características cada vez mais diferenciadas dos “modelos clássicos”. O que se tem, como explicado por Ianni (1984) é uma contrarrevolução – que de maneira permanente ao longo da história – elaborada pela burguesia local, que em nome de seus interesses articulados com interesses externos rebate a verdadeira revolução que de fato parte dos trabalhadores.

Deu-se aqui outra via que não a clássica rumo ao capitalismo. Explicando sobre Lênin, Coutinho (1987, p.4) aponta

[...] envolvidos no processo de acumulação do capital, é objetivamente necessário que os países se modernizem, superem as velhas relações de produção, e se encaminhem para o capitalismo. Mas [...] a forma pela qual uma sociedade se moderniza, pela qual passa do pré-capitalismo para o capitalismo – ou, em outras palavras, o tipo de revolução burguesa que cada uma delas promove -, depende da correlação de forças políticas, do modo pelo qual as classes se articulam na formação econômico-social concreta.

Resoluções vindas “do alto” antes que partissem “dos de baixo”. É a contrarrevolução que vem como resposta e solução para que o país continue cumprindo a função que sempre cumpriu sob suas relações: de país exportador que continua a abastecer os de economias centrais.

São características da “via prussiana” a revolução “pelo alto” que consiste em reformas pela classe dominante, retirada da participação popular em processos decisórios a fim de que sejam mantidos velhos poderes e que haja terreno propício para novas formas de acumular, que é a forma de acumulação capitalista. Consequentemente, há fortalecimento do poder de Estado em sua forma mais repressiva.

Fernandes (2008), inclusive comenta em sua obra como a burguesia local é iludida ao acreditar que um dia por esse caminho chegará ao status de um país totalmente desenvolvido. Pensa-se que é necessário passar por etapas até chegar ao pleno desenvolvimento social e econômico. Etapas que inclusive foram defendidas até mesmo em

certo momento pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que acreditava que a burguesia nacional² poderia se unir ao proletariado em prol do bem comum.

Etapismo este explicado por Coutinho (1987) que consistiu em nada mais nada menos do que um equívoco e mau uso dos escritos de Marx por “marxistas-leninistas” na segunda internacional. Fica claro que dentro do capitalismo, crescimento econômico não combina com crescimento social. Se determinada minoria possui a maioria da riqueza, o contrário também ocorre: a maioria que produz continua na pobreza e vivendo reflexos do que o capitalismo produz.

O que desmitifica a nossa formação história que já é iniciada pela relação entre colonizadores e colonizados; conquistadores e conquistados; fazendo com que o desenvolver do capitalismo e sua forma de acumular tenha uma forma particular e diferente dos países de “via-clássica”.

Frente a nossa construção histórica e social, cabe pensar: que tipo de capitalismo estabeleceu-se aqui? Quais suas consequências? Além de pensar no Brasil como um país apenas enquanto explorado, faz-se necessário, inclusive, pensar na correlação de forças na disputa, mas também até que ponto as classes colaboram entre si – quais alianças são estabelecidas, sobretudo, entre a classe dominante para que tudo se mantenha igual.

O capitalismo dependente, estudado por Fernandes (2008), é aquele em que parte do que produzimos não nos pertence. Vivemos uma expropriação e sobre-expropriação – que vem em parte pela burguesia local e parte por burguesia externa. Esta é a cooperação entre as classes dominantes. A sua forma de articulação e cooperação é a que a fortalece, e quanto mais poder estas têm, logicamente, as instituições também estão sob seu mando.

Isto significa que a classe trabalhadora nunca se articulou, pelo contrário, quanto mais reivindicava mais combatida era. Como bem apontado por Coutinho (1987, p.11) “[...] mas era a política – ou seja, a capacidade de iniciativa dos atores sociais e a correlação de forças em nível político – que iria determinar a forma concreta através da qual se daria [a] [...] revolução burguesa”. É a articulação entre as classes dominantes e seus interesses que possibilitou e ainda possibilita a manter uma contrarrevolução permanente contra a classe trabalhadora.

Dentro do capitalismo, crescimento econômico não combina com crescimento social. lamamoto (2009) aponta que no Brasil houve duas fases de liberalismo: o heróico e o regressivo. Ambos têm como marco a independência nacional, um ocorre antes, quando o

pacto colonial é questionado e outro regressivo é quando as oligarquias locais se articulam aos burgueses industriais em prol de benefício econômico em detrimento ao crescimento social, ignorando todas as lutas que se empreendiam. É nesse momento da sociedade que a “questão social” já começa a apontar, é quando revoltas rurais começam a despontar e essas são fortemente combatidas. Essas mesmas oligarquias – donas de terra – tem como aliado o Estado que age repressivamente sobre os trabalhadores que reivindicam melhores condições de vida.

A articulação entre moderno e arcaico também é trabalhada por Oliveira (2011), que também trará as consequências desta articulação útil ao capital e seus agentes. O que resulta de nosso processo histórico é uma economia subdesenvolvida, não no sentido de que um dia será alcançado o pleno desenvolvimento e igualdade para todos – até mesmo porque dentro desta ordem desenvolvimento pleno para alguns significa desigualdade e miséria para outros – mas estabeleceu-se formas econômicas, políticas e sociais que auxiliassem a forma de dominação e exploração entre classes.

O subdesenvolvimento, assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, por meio de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro (OLIVEIRA, 2011, p. 126).

Algo de interessante e em comum que alguns autores trazem é a construção e implicação para os espaços da vida social frente a estas transformações e o papel Estatal frente a esta questão. De como a população é transferida de um espaço a outro e tratada como “problema” a ser tratado. E suas reivindicações silenciadas.

Ao falar sobre o processo de ocupação de terras no Brasil, Ianni (1984) aponta como o mesmo se deu: a transferência populacional era vista como a solução para as contradições regionais, com isso, era utilizada mão de obra barata de trabalhadores advindos de regiões brasileiras mais empobrecidas

é inegável que a história da ocupação de terra no Brasil tem algo, ou muito, a ver com o deslocamento de contradições sociais de certas áreas econômica e politicamente mais densas para outras ‘pioneiras’, de ‘fronteira’, em ‘expansão’. Muitas vezes o Nordeste teve contradições sociais ‘aliviadas’ pela transferência de grandes contingentes de trabalhadores rurais – desempregados, subempregados ou superexplorados, flagelados ou não- para o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, a rodovia Belém-Brasília, o sul do Pará, outras áreas da Amazônia (IANNI, 1984, p.41)

Oliveira (2011) tratará em sua obra como se dá a relação, por exemplo, entre campo e cidade. Como que uma é tida como atrasada e outra como o lugar onde a vida acontece, mas que como essa complementaridade auxilia a forma de acumulação capitalista, já que

suas funções já são bem distinguidas: o campo servirá, a partir da modernização brasileira, para abastecer grandes contingentes urbanos, centros comerciais e industriais.

Relação entre campo e cidade que fica mais explícita durante a época de forte industrialização e urbanização nacional, que foi a década de 1930, e quando são formados novos blocos de poder – dos cafeicultores aos agrário-exportadores³. As relações comerciais brasileiras começam a tomar fortes contornos capitalistas em sua fase monopolista.

A complementaridade entre eles favorece acumulação “primitiva” do capital. Não aconteceu do mesmo jeito que na Europa, mas o processo é parecido: não há a expropriação de terras, mas a exploração do trabalho pelo proprietário desta terra. Tem alguém que trabalha a terra por ele, cultiva e etc. Mas os valores dos produtos ali cultivados são rebaixados, abastecem os grandes centros. E quanto menos automatizada fosse o espaço rural, mais rentável se tornava:

[as roças não automatizadas] permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram de duas formas: em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o “exército de reserva” das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital-trabalho, que ampliou as possibilidades da acumulação industrial, na forma já descrita. Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, combinaram esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta. (OLIVEIRA, 2011, p.46).

Acumulação que se dá a custas de trabalhadores e trabalhadoras que tem suas objeções às suas formas de vidas silenciadas de forma repressiva ou de forma consensual, a exemplo – e como falado por Oliveira (2011), tem-se as Leis trabalhistas que se casaram perfeitamente com o modo de exploração necessário a este momento da história.

Em nome da acumulação capitalista e de seu desenvolvimento (feito de forma particular no Brasil) parte da população brasileira é movimentada e coagida como bem entende a classe dominante. É a partir desta dominação que espaços são construídos e velhas formas de relações continuam sendo mantidas; e sobre estas, as novas são postas.

Falando em história, a mesma é construída por homens e mulheres todos os dias através do tempo e através do espaço. E este último, seja ele urbano ou rural, é por vezes, cenário e reflexo de transformações. Acolhe em seu núcleo contradições, lutas; mas também é espaço para consensos e articulações, é sobre este que devo discorrer.

³ E aqui, recordando Fernandes (2008) não foi a exportação de matérias-primas e suas grandes plantações que, conjugadas, deram traços peculiares à economia capitalista, mas a persistência e manutenção de relações de traços pré-capitalistas fincadas no patrimonialismo e clientela.

2. O espaço urbano como reflexo de transformações.

Compreender a produção do espaço enquanto social significa afirmar que esta é ligada ao processo de formação econômica e social de cada lugar. É descabido querer entender a formação de cada realidade descolada do espaço onde ela acontece e de que são homens e mulheres que constroem a história, logo também constroem o espaço.

O espaço é reflexo das transformações que acontecem na sociedade. Cada formação social exige um tipo de organização social. O espaço é, a cada tempo histórico, característico da formação correspondente, representando-a a partir das exigências que são estabelecidas.

Em crítica à geografia, Santos (1977, p.81) já afirmava que se essa mesma ciência “deseja interpretar o espaço urbano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem”. A meu ver, tal crítica também cabe ao serviço social.

Se enquanto pesquisadoras/es nos atentarmos à preocupação de entender o lugar de onde partimos e, o mais importante, de onde a população usuária emerge, perceberemos que de fato a questão que é trazida a nós nunca vem só. O usuário traz com ele várias questões que permeiam sua vida, inclusive seu território, sua bagagem de vida – o que ele viveu e vivencia todos os dias. É no espaço que são elaboradas e construídas as possíveis soluções para a questão social e suas refrações.

Contudo essas soluções tem como seu principal elaborador o Estado – que, como foi visto, vai tomando funções de acordo com a demanda de cada época histórica. Entretanto, não demandas populares, somente. Ele traz em seu seio demandas de interesses distintos de classe, dando um caráter amenizador aos resultados da luta de classes presente na sociedade capitalista brasileira.

Em se tratando de Estado brasileiro (tomando sua formação social e econômica), este mesmo tem particularidades diferenciadas frente a outros países que têm o capitalismo enquanto regime de regulação da vida social. Nossa construção enquanto país sempre foi baseada na busca de satisfação de privilégios de poucos em detrimento das reivindicações populares.

A construção de uma nova forma de organização social implica a derrubada – mesmo que gradual – de sua antecessora, o que não foi o caso da sociedade brasileira. Elementos ditos modernos se entrelaçam com os chamados arcaicos. São “tempos modernos” que se aproximam e que são impostos sobre relações pré-capitalistas: influencia de forma subjetiva na sociedade a fim de moldar mentes e ações, além de reclamar para si um espaço onde possa se constituir.

Não há como falar da relação entre moderno e arcaico sem pensar no processo (tardio) de industrialização e sua conseqüente urbanização no Brasil, ocorrida nos seus grandes centros – como as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo. Processos que geraram conseqüências para a população pobre. Clarificando: ao mesmo tempo em que uma nova sociedade é visivelmente construída – fábricas, residências, rodovias e etc – um novo tipo de homens e mulheres são construídos.

Trazendo como exemplo a cidade do Rio de Janeiro, que enquanto capital do Brasil, sofreu uma série de transformações, crescia no século XIX um novo centro urbano. E como tal, precisa ser visivelmente bonito para que seja apreciado. Esse movimento trouxe para a cidade a valorização de determinados pontos em detrimento de outros. Houve o enaltecimento de algumas regiões residenciais contra moradias populares. Acessava as áreas valorizadas quem tinha poder aquisitivo, assim como é até hoje, a quem não tinha, restava a autoconstrução – seria o início das favelas e periferias.

Periferias constituídas por outras cidades, assim sendo, resultado desse processo foi e é: segregação socioespacial e hierarquização entre as mesmas. Construção essa feita a partir das transformações do espaço, advindas de exigências capitalistas. É estranho, mas útil esse entrelace de modernidade capitalista burguesa com desigualdade social e econômica – expressa nos territórios.

Ainda assim, o território é tratado como algo que se pode simplesmente gestionar – tal qual uma empresa. Essa maneira de lidar e pensar os espaços esvazia seu conteúdo histórico e faz com que um olhar crítico se perca. Neste sentido, Abreu (2018) – ao falar do território incluso hoje nas políticas públicas⁴ afirma

ao desvincular o debate do território da dinâmica de produção e reprodução da vida social e do movimento subjacente da luta das classes sociais, bem como das respostas dadas à questão social do horizonte do Estado por meio de políticas sociais, promove-se o reducionismo clássico, traço do pensamento conservador que

⁴ E aqui, podemos lembrar (e questionar) a maneira pela qual é tratada a categoria *território* na Política Nacional de Assistência Social de 2004, por exemplo, que longe de conhecer o mesmo em seus municípios para a superação de desigualdades usa o caminho de potencializar os indivíduos para que saiam da situação de pobreza. Desta forma, retira o caráter histórico dos espaços onde vivem os usuários, deslocando-o de uma dinâmica muito maior que influencia em suas transformações.

categoriza o local e o global, em detrimento da importante dimensão da relação entre particularidade e totalidade (id, p.3).

A partir disso, cabe o desafio de pensar como o espaço urbano tem sido tratado na atualidade: negado enquanto produto histórico e apenas tem sido gerenciado ou se enquanto produto da sociedade burguesa tem sofrido constantes modificações.

3. Considerações finais

A tentativa de construção deste trabalho buscou como base mostrar como desde o início da formação social brasileira o Estado – enquanto espaço de disputa – é comprometido em movimentos contra a classe trabalhadora. E em como os traços de país colonizado marcam o (sub) desenvolvimento nacional.

Desde sempre, frente às exigências do capital, o país é moldado e com este fato quem sofre as consequências é a classe trabalhadora, que fica fora dos processos decisórios deste país – e que se deve ressaltar a atenção para hoje o que é chamado de processo de decisão democrática popular, dentro dos marcos do capitalismo.

Se a construção da nossa história e decisões referentes a ela é limitada àqueles que detêm o poder, logo a cidadania e acesso aos que vivem do trabalho também não são tangíveis aos trabalhadores como deve ser. A formação social e econômica do Brasil construiu espaços e seus territórios definindo quem deve morar em determinado lugar, acessar determinados serviços e etc.

Tentou-se, aqui, partir da compreensão que o capital para além de uma relação econômica entre indivíduos, constitui-se, enquanto relação social – entre homens e as classes as quais pertence – onde ficam explícitos seus antagonismos. Antagonismos estes que são expressos através da divisão/segregação socioterritorial desses grupos.

Frente ao que foi discorrido no trabalho, fica o desafio, enquanto assistente social e pesquisadora aprofundar-me nas consequências desse processo, mas, sobretudo, em possíveis vias de sua superação dentro da ordem do capital.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos N. **Notas sobre o conceito de “via prussiana” em Lenin.** 1987.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** São Paulo: Editora Global, 2008.

IANNI, Octavio. **O ciclo da Revolução Burguesa.** Editora Vozes: Rio de Janeiro. 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V. **A Questão Social no Brasil.** In: Serviço Social em tempos de Capital Fetice. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: A formação social como Teoria e como Método.** In: Boletim Paulista de Geografia, nº 54, Junho de 1977. Editora AGB: São Paulo.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** Editora Boitempo: São Paulo, 2008.

ABREU, Maria Elpídio. **Fronteiras, armadilhas e muros: contribuições teórico-metodológicas para o debate sobre território.** Revista Katálysis, Florianópolis: maio/ago 2018. Vol. 21, nº 2, p.261-270.